

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA

PROJETO DE LEI Nº 3.820, DE 2023

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para incluir, entre os princípios, objetivos e estratégias do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, a fim de integrar as lacunas na proteção social.

Autor: Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.820, de 2023, de autoria do nobre Deputado Carlos Henrique Gaguim, busca alterar a Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), para incluir, entre os princípios, objetivos e estratégias do Sistema Único de Assistência Social (Suas), a busca ativa de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, a fim de integrar as lacunas na proteção social.

Segundo a justificação que acompanha o Projeto, embora a Loas tenha sido atualizada em 2011, trazendo para o seu texto a estrutura do Suas, que já existia com base em decreto e demais atos infralegais, a noção de busca ativa ainda não foi alçada para o nível de lei em sentido estrito, embora há muito já faça parte de atos normativos que disciplinam a operacionalização do citado sistema.

A proposição tramita em regime ordinário e foi distribuída para apreciação conclusiva, no mérito, pela Comissão de Previdência, Assistência



Social, Infância, Adolescência e Família; e, para o juízo de admissibilidade, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No prazo regimental, no âmbito desta Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família, não foram oferecidas emendas à proposição.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

O Projeto de Lei nº 3.820, de 2023, propõe alterações na Lei Orgânica da Assistência Social – Loas (Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993), para incorporar a noção de busca ativa no Sistema Único de Assistência Social (Suas), definida como “o conjunto de medidas voltadas para localizar e identificar de forma proativa as famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, a fim de que sejam cadastradas (...), sejam mapeadas suas demandas por políticas públicas e possam acessar efetivamente serviços, benefícios e ações assistenciais a que sejam elegíveis”.

Embora a ideia de busca ativa já esteja presente no Suas desde meados da década de 2000, até hoje a Loas não traz, entre seus princípios, objetivos e estratégias, a ideia de que o Estado, em conjunto com a sociedade civil, mobilize esforços para identificar as pessoas cuja situação de vulnerabilidade é tão acentuada, que nem o acesso aos equipamentos públicos de direitos sociais lhes foi possível.

O perfil das pessoas em situação de inviabilidade social, em regra, envolve a falta de registros de identificação civil, a vivência nas ruas ou em locais isolados ou de difícil acesso, a exemplo das populações de comunidades tradicionais e específicas, tais como população de rua, indígenas, ciganos, quilombolas, andarilhos de estradas, para não mencionar pessoas idosas, pessoas com deficiência, crianças em situação de trabalho infantil residentes dos rincões do nosso imenso Brasil.



A partir da identificação proativa de famílias em situação de desproteção social, ainda não cadastradas ou não identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), ou ainda com dados desatualizados ou há muito defasados, será possível qualificar as informações constantes do referido registro público eletrônico que orienta a seleção de pessoas e famílias para diversas e importantes políticas sociais.

Como destacado pelo Deputado Carlos Henrique Gaguim, “conquanto não prevista na Loas, a busca ativa constitui uma importante estratégia para tornar diversos serviços públicos e direitos sociais acessíveis à parcela mais vulnerável da população, que pelas mais diversas razões mantêm-se invisíveis para o Estado”.

Na nossa primeira versão de Parecer, apresentada em 16 de maio de 2024, concluímos que o Projeto caminhava nesse sentido, pois se apoiaria “na mudança do paradigma da dita demanda espontânea por serviços e demais provisões assistenciais, com as famílias buscando por seus próprios esforços a rede de equipamentos do Suas”, para um modelo no qual o poder público assumiria “a responsabilidade de localizar e identificar as famílias em situação de risco, que se encontram à margem do aparato de proteção social”.

Ocorre, porém, que, em março deste ano, recebemos do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, o Formulário de Posicionamento que externa a opinião de órgãos técnicos daquela pasta acerca do Projeto de Lei nº 3.820, de 2023.

Embora a manifestação seja favorável à citada proposição legislativa, a Coordenação-Geral de Regulação do Suas, a Diretoria do Departamento de Gestão do Suas e a Secretaria Nacional de Assistência Social trouxeram ponderações para aperfeiçoar o conteúdo do Projeto, no sentido de fortalecer a vigilância socioassistencial, com as quais concordamos e passamos a incorporar ao nosso voto.

De uma parte, conquanto o Projeto sob exame mire um aprimoramento do Suas, importante esclarecer que as propostas relativas à busca ativa, ao tratá-la como princípio e objetivo da Assistência Social, acabam por desvirtuar a real natureza desse mecanismo, que é de estratégia de



atuação no Sistema, com foco mais operacional. Nesse sentido, a busca ativa consiste mais em um método complementar e necessário dentro do Suas, para a efetivação do acesso de usuários ao sistema, potencializando ações de caráter preventivo, inclusive sobre agravamento das situações, mas não deve ser considerada e interpretada na categoria de objetivo, pois isso poderia desvirtuar os propósitos já estabelecidos.

De outra parte, também se mostra relevante destacar que, com o advento da Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023, que recriou o Programa Bolsa Família, a Loas foi alterada em seu art. 6º-F para, entre outras providências, estabelecer, no § 5º daquele artigo, a cooperação da sociedade civil no esforço conjunto de identificação de pessoas que precisem ser inscritas no CadÚnico, que não fica restrito às equipes de referência do Suas. Essa medida constituiu um primeiro passo na direção da institucionalização legal da busca ativa.

Assim, propomos, por meio do Substitutivo anexo, um aperfeiçoamento na redação que o projeto traz para o § 2º do art. 6º-A da Loas, conforme sugerido pelo citado Ministério. A ideia é determinar que a vigilância socioassistencial, com base em fontes de informações, incluindo o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), subsidiará a identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos distintos serviços socioassistenciais e auxiliará o monitoramento e avaliação das ações de busca ativa e as ações assistenciais do Suas.

Diante disso, nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.820, de 2023, na forma do Substitutivo.

Sala da Comissão, em 14 de abril de 2025.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora



COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.820, DE 2023

Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para determinar que a vigilância socioassistencial, com base em fontes de informações, inclusive o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), subsidiará a identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos serviços socioassistenciais e auxiliará o monitoramento e avaliação das ações de busca ativa e as ações assistenciais do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 6º-A da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º-A

.....

§ 1º

§ 2º A vigilância socioassistencial, com base em fontes de informações, incluindo a que se refere o art. 6º-F desta Lei, subsidiará a identificação das famílias que apresentam características de potenciais demandantes dos serviços socioassistenciais e, com base em tais informações e em outras previstas em regulamento, auxiliar o monitoramento e avaliação das ações de busca ativa e as ações assistenciais do Suas.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 14 de abril de 2025.





Deputada Federal LAURA CARNEIRO
Relatora

2025-3173

Apresentação: 14/04/2025 17:42:09.983 - CPASF
PRL 2 CPASF => PL 3820/2023

PRL n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251084456600>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Laura Carneiro

